



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Prestar atenção à fiscalização da segurança alimentar em Macau

Macau posiciona-se como cidade gastronómica no seu desenvolvimento como centro mundial de turismo e lazer, por isso, é necessário reforçar a fiscalização da segurança alimentar, uma vez que os respectivos trabalhos, para além de poderem afectar a reputação dos alimentos produzidos em Macau, têm também um peso significativo no andamento do desenvolvimento urbanístico e na imagem da cidade. Na verdade, o Instituto para os Assuntos Municipais (IAM), enquanto serviço competente, tem-se empenhado no desenvolvimento e na coordenação dos trabalhos relacionados com a fiscalização da segurança alimentar. De acordo com o relatório de trabalho de 2022, foram recolhidas, no total, 3353 amostras, com uma taxa de aprovação global de 99,3% [1], resultado que se deve, sem dúvida, aos esforços das autoridades municipais e à colaboração activa dos respectivos sectores.

É de salientar que a Lei de segurança alimentar de Macau [2] está em vigor há cerca de 10 anos, desde Setembro de 2013, e, embora tenham sido aprovados vários regulamentos administrativos complementares para reforçar a regulamentação, os mesmos concentram-se principalmente nos critérios de segurança alimentar [3]. Quanto ao mecanismo de gestão da segurança alimentar, que incide sobre, por exemplo, o transporte, o armazenamento e a limpeza de ingredientes, a higiene das cozinhas, dos utensílios, dos talheres e do pessoal responsável pelo tratamento de alimentos, bem como os processos de produção e transformação, e a que tanto os residentes como os turistas prestam muita atenção, verifica-se uma falta de auto-



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

fiscalização e de efectivação de responsabilidades no âmbito da segurança alimentar por parte das empresas. Apesar de os serviços competentes terem definido instruções para diferentes áreas e categorias destinadas aos respectivos sectores [4], a maioria delas limita-se à emissão de advertências, e o seu cumprimento depende totalmente da consciência dos respectivos sectores e trabalhadores, dando assim origem a lacunas na fiscalização da segurança dos produtos alimentares, desde a sua importação até ao seu abastecimento. Segundo afirmações de um representante do Governo, as mais de duas mil inspecções realizadas entre Janeiro e Maio deste ano demonstraram que há margem para melhoria no actual mecanismo de fiscalização, pois foram detectados problemas sistemáticos em bastantes estabelecimentos de comidas, como falta de espaço para guardar os ingredientes e armazenamento conjunto de alimentos crus e instantâneos [5].

Tomando como referência as políticas nacionais, nos últimos anos, o País tem vindo a reforçar a fiscalização da segurança alimentar através de lei, incluindo a revisão da Lei de Segurança Alimentar da República Popular da China e a publicação do Regulamento de Implementação da Lei de Segurança Alimentar da República Popular da China e do Regulamento de Fiscalização e Gestão da Responsabilidade das Empresas no âmbito da Segurança Alimentar, entre outros, com vista a elevar os critérios de segurança alimentar e a reforçar a fiscalização nesta área no Interior da China. A título de exemplo, a nível jurídico, passou a exigir-se às empresas produtoras e comercializadoras de produtos alimentares a criação de postos de trabalho para operadores de segurança alimentar e, com base nisto, as empresas de restauração de média e grande dimensão, as sedes das empresas de restauração em cadeia e as unidades com capacidade de acolher mais de mil pessoas para tomarem refeições ou



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

de preparar refeições para mais de mil pessoas devem dispor de director-geral de segurança alimentar. Assim sendo, no âmbito da fiscalização da segurança alimentar em termos jurídicos, como é que Macau pode, através do mecanismo de intercâmbio e cooperação, manter um nível equiparado ao do País, e saber se é necessário ou não clarificar as responsabilidades das empresas são questões que merecem a atenção e a ponderação dos serviços competentes.

Para além do regime jurídico, as questões de segurança alimentar resultantes das crises ecológicas internacionais também são importantes. Recentemente, o Japão planeia despejar no mar as águas contaminadas de Fukushima, e, segundo alguns estudos, nos peixes-rocha coreanos (*Korean rockfish*) encontrados nas áreas marítimas adjacentes, foram detectados níveis de radioactividade 180 vezes superiores aos limites estabelecidos [6]. Face a isto, algumas regiões vizinhas já anunciaram a intenção de restringir a quantidade de produtos aquáticos importados daquele país [7], por isso, Macau deve também adoptar uma atitude cautelosa na fiscalização da importação de produtos alimentares afectados pelo referido despejo de águas contaminadas.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. Segundo as autoridades, existem bastantes problemas sistemáticos nos estabelecimentos de comidas de Macau. Assim, o Governo deve otimizar o mecanismo de inspecção e as instruções de segurança existentes, para promover a execução efectiva das orientações sobre a segurança alimentar por parte dos respectivos sectores e reforçar a garantia da segurança alimentar. Além disso, o Governo deve tomar como referência as experiências do Interior da China, no sentido de impor exigências legais sobre a fiscalização da segurança alimentar às empresas,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

e, através do mecanismo de cooperação entre Guangdong e Macau, estudar a viabilidade da criação de postos de trabalho para operadores de segurança alimentar e postos de director-geral de segurança alimentar em Macau, de modo a clarificar os trabalhos e as responsabilidades das empresas no âmbito da segurança alimentar e da formação de trabalhadores. O Governo vai fazer isto?

2. Face ao plano de descarga das águas contaminadas no mar por parte do Japão, o Governo vai restringir a importação de produtos aquáticos e alimentares provenientes deste país? Vai adoptar medidas específicas e aumentar a frequência das inspecções aleatórias aos referidos produtos?

Referência:

1. Relatório das inspecções aleatórias no âmbito da fiscalização da segurança alimentar no quarto trimestre de 2022 e relatório final de 2022, IAM,
<https://m.iam.gov.mo/c/foodsafety/detail/9fa79910-a96e-46ad-be91-8a14ab68bafc>
2. Lei n.º 5/2013 (Lei de segurança alimentar),
https://bo.io.gov.mo/bo/i/2013/17/lei05_cn.asp
3. Lei de Segurança Alimentar, Critérios e Orientações, IAM,
<https://m.iam.gov.mo/c/foodsafety/detail/8cf9481b-669b-415b-8623-cec3c40955a4>
4. Idem.
5. IAM: Reforço das inspecções para proteger a reputação de cidade gastronómica, “Macao Daily News”, A02, 8 de Junho de 2023,
http://www.macaodaily.com/html/2023-06/08/content_1679560.htm
6. Níveis de radioactividade 180 vezes superiores aos limites estabelecidos nos peixes



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

do mar de Fukushima, “Macao Daily News”, B05, 6 de Junho de 2023,

http://www.macaodaily.com/html/2023-06/06/content_1678969.htm

7. Hong Kong poderá vir a restringir a importação de produtos aquáticos provenientes das zonas com resíduos nucleares do Japão, Jornal Cheng Pou, 23 de Fevereiro de 2023,

<http://www.chengpou.com.mo/dailynews/220795.html>

09 de Junho de 2023

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Ma lo Fong